

**DECLARAÇÃO POLÍTICA DO DEPUTADO ANÍBAL PIRES
SOBRE AS MEDIDAS DE AUSTERIDADE E O SEU IMPACTO
NA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
18 de Maio de 2010**

Exmo. Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,
Exmo. Senhor Presidente do Governo Regional,
Senhoras e Senhores Membros do Governo,

As medidas de austeridade anunciadas recentemente pelo Primeiro-Ministro constituem uma gravíssima escalada no ataque aos rendimentos e à vida dos portugueses que os Governos de José Sócrates têm protagonizado.

Mas são muito mais do que isso. São mesmo um verdadeiro roubo por via fiscal!

E é mesmo de roubo de que falamos quando se pretende que os que não têm qualquer responsabilidade na situação financeira do país sejam forçados a pagar os erros dos outros.

É de roubo que falamos quando se alteram regras a meio do jogo, quando se rasgam promessas e compromissos e se violam os próprios fundamentos do contrato social, numa atitude que só pode ser chamada de banditismo de Estado!

O PEC e o plano de austeridade não vão resolver nenhum dos problemas do país. Podem tomar nota.

Mas não só não resolvem, como ainda irão agravar os nossos grandes problemas estruturais.

Em vez de se procurar o crescimento económico, para sairmos da crise e da recessão, Sócrates e Passos Coelho, de mão dada, dançando o tango do centrão, conduzem-nos alegremente para o abismo, com um plano para paralisar ainda mais a nossa economia.

A equação é simples: quanto mais dinheiro tirarmos da carteira dos portugueses, menos estes poderão consumir e menos as nossas empresas irão vender. Ao dar ainda



mais uma machadada no poder de compra dos cidadãos, Sócrates e Passos Coelho comprometem qualquer perspectiva de crescimento para Portugal.

Como já desta tribuna o dissemos em relação ao PEC, estas medidas também não resolvem o que é o principal problema do país: o emprego.

É que sem crescimento económico, não há criação de emprego. Pelo contrário, ao agravar a situação dos portugueses, ao criar mais dificuldades às empresas, o que Sócrates e Passos Coelho fazem é, objectivamente, multiplicar o desemprego.

É tristemente doloroso ouvir Sócrates e Passos Coelho falar de patriotismo, falar de “esforço nacional” para nos tentar convencer a aceitar estas medidas.

Que raio de patriotismo é este que não se preocupa minimamente com os grandes problemas do país?

Que raio de patriotismo é este que agrava as dificuldades e despreza o sofrimento da maior parte dos portugueses?

Que raio de patriotismo é este que cedendo aos ditames de Bruxelas, abdica do interesse nacional para que a Alemanha possa a continuar a ter um Euro forte?

Patriotismo, dizem os senhores?

Patriótico seria, sim, o investimento público, para desenvolver e aumentar a produção nacional.

Patriótico seria, sim, o aumento dos salários e prestações sociais para fazer aumentar a procura interna e melhorar a vida do nosso povo.

Patriótico seria, sim, o taxar convenientemente a banca e as actividades bolsistas e especulativas que é onde reside a verdadeira responsabilidade da crise que atravessamos.

Patriótico seria, sim, equilibrar as contas públicas, mas pela via do crescimento económico, do desenvolvimento.

Patriótico seria ter a coragem de encetar um novo rumo em vez de apresentar a falência nacional como inevitável, como fazem PS e PSD, mais uma vez cúmplices na entrega do país aos grandes interesses.



Um Governo que vende o país, que sacrifica o povo, que compromete o futuro, é um governo sem sustentação nem legitimidade. Por isso o PCP apresentará na Assembleia da República uma Moção de Censura Política ao Governo que expresse este justo descontentamento, em nome dos portugueses, em nome de Portugal.

Exmo. Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,
Exmo. Senhor Presidente do Governo Regional,
Senhoras e Senhores Membros do Governo,

O PEC e as medidas de austeridade de Sócrates e Passos Coelho são mais do que erradas ou negativas. Representam, no plano humano, também, uma política injusta, desumana e desprezível.

A política Sócrates-Passos Coelho é injusta, porque não divide os sacrifícios igualmente por todos. Longe disso! Ataca o poder de compra de trabalhadores que não têm qualquer aumento, ou apenas aumentos mínimos, no seu vencimento, mas deixa de fora as sociedades gestoras de fundos de investimento, ou, no caso do aumento do IRC para empresas que tenham mais de dois milhões de euros de lucro, faz aumentos com pouco ou nenhum significado. Basta ver, no conjunto das poupanças que se prevê obter, a parte de leão vem do IRS e do IVA. Ou seja, dos rendimentos de quem trabalha, não dos lucros de quem explora.

Uma política injusta porque recorre à demagogia do corte dos vencimentos dos titulares de cargos políticos, que do ponto de vista orçamental não terá qualquer impacto, para tentar fazer esquecer quem é que, ao longo dos anos, os foi sucessivamente aumentando. E não foi o PCP que o fez!

A política Sócrates-Passos Coelho é desumana porque não tem qualquer consideração pelo sofrimento que impõe ao nosso povo. Não hesita em fazer aumentos insuportáveis mesmo nos bens essenciais, como a água, o pão, a electricidade ou, mesmo, nos medicamentos, aumentos que vão atingir, em primeiro lugar os mais pobres dos portugueses.



Mas a política Sócrates-Passos Coelho é verdadeiramente desprezível, no plano ético. Ao mesmo tempo que promove o aumento do desemprego, prepara-se para implementar políticas ainda mais restritivas para atribuição do subsídio de desemprego, deixando cada vez mais portugueses sem absolutamente nenhuma protecção social. E isto no ano europeu de combate à pobreza!

A política Sócrates-Passos Coelho demonstra bem toda a monstruosidade do projecto político que ambos subscrevem, defendem e aplicam.

Exmo. Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,
Exmo. Senhor Presidente do Governo Regional,
Senhoras e Senhores Membros do Governo,

Se para o conjunto do país estas medidas terão consequências terríveis, para os Açores terão, potencialmente, a dimensão de uma catástrofe.

Começando com a redução das transferências do Orçamento de Estado para as autarquias e para a Região, cuja dimensão ainda não é conhecida, irão certamente reduzir o investimento público. Consequência: mais encerramentos de empresas, mais desemprego.

Numa Região com um tecido empresarial fragilizado, pequeno e disperso, fortemente dependente da procura interna, a perda de poder de compra vai causar uma significativa retracção do consumo. Consequência: mais encerramentos, mais desemprego.

Numa Região onde os salários são dos mais baixos do país, onde o desemprego cresce sem controlo, onde o número de beneficiários do Rendimento Social de Inserção atinge já mais de 19 mil, os aumentos de preços, redução de prestações e obstáculos ao seu acesso terão só uma consequência: mais exclusão, mais pobreza, mais sofrimento.

O PS Açores, já veio, pela sempre obediente voz do Presidente do Governo Regional, aplaudir estas medidas. Nada de surpreendente.

Quanto ao PSD Açores, refugia-se no silêncio da sua líder regional, para ver se consegue passar discretamente, o que, no fundo, também não surpreende.

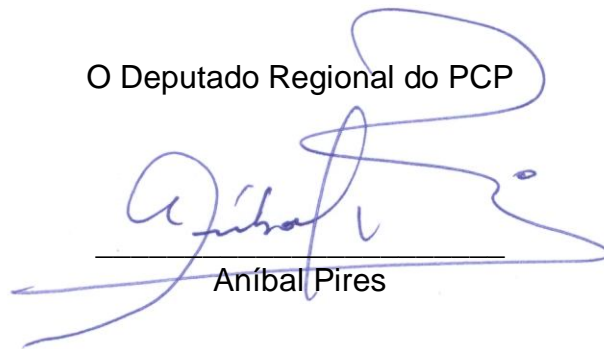
Porque o ónus político destas medidas e dos seus efeitos nos Açores recai inteiro sobre o PS Açores e sobre o PSD Açores. A responsabilidade do agravamento das condições de vida do povo açoriano é vossa e só vossa.

Os açorianos sabem-no. E não deixarão de opor o seu protesto a estas medidas e de somar o seu descontentamento e a sua revolta à dos restantes portugueses, que são uma vez mais vítimas do bloco central de interesses que PS e PSD corporizam.

O PCP estará, como sempre esteve, solidariamente ao lado do povo, esclarecendo, mobilizando e afirmando a exigência de um país mais desenvolvido e justo e de uma vida melhor: o objectivo de que não abdicamos.

Disse.

O Deputado Regional do PCP



Aníbal Pires